A PANDEMIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS: DESAFIOS PARA PAIS, ALUNOS E PROFESSORES

Adriano Ricardo de Campos [1]
Elzeny Wakemaker de Souza Santos [2]
Cleusa Elias Brito de Lima [3]

Resumo: O presente estudo tem como foco mostrar, através do relato de experiência, como se deu a relação aluno surdo x família e aluno surdo x professores no que tange ao atendimento educacional domiciliar vivenciado por esses atores durante a pandemia da covid-19. O tema mostra-se relevante porque a educação dos surdos sofreu impactos ocasionados pelas medidas sanitárias onde os alunos surdos ficaram reclusos em suas residências alterando, assim, a dinâmica das atividades educativas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória inseridos num estudo de caso envolvendo alunos, pais e professores do ensino fundamental cujos dados foram coletados através de questionário e entrevista e analisados de forma crítica e reflexiva. Também se realizou uma pesquisa bibliográfica de obras extraídas de artigos de periódicos, livros e teses/dissertações que permitisse fornecesse todo o embasamento teórico para discussão do tema. As concepções, conceitos e pontos de vista trazidos por Strobel (2008) Quadros (2007) e Mantoan (2003) serviram de esteio para debate e estudo do problema. Os resultados encontrados ao final do estudo permitem inferir que no período pandêmico.

Palavras-chave: Surdo: família: Atendimento: Remoto: Professor.[1]

[1] Graduado em Pedagogia (UNEB), Bacharel em Direito (FASETE), Licenciado em Letras/Espanhol (UNEB/EAD), E-mail: adrianorc@hotmail.com
[2] Graduada em Pedagogia (UNOPAR), Licenciada em Letras (UEG), Pós-graduada em Ensino da Literatura (UEG) e Libras (UNIP), E-mail: cleusa.elias@hotmail.com
[3] Graduada em Pedagogia (Universidade Vale do Acaraú- Sobral), Pós-Graduada em Libras (FAEL), E-mail: elzenyws@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No contexto das políticas educacionais das últimas décadas no Brasil, a inclusão do aluno surdo nas salas de aula ainda representa um grande desafio para os pais, professores e gestores. O país enfrentou um período latente de uma pandemia jamais vista na história da humanidade. Nesse contexto, os alunos surdos e sua família ficaram sem saber como desenvolver as atividades escolares que permitisse amenizar os impactos na educação.

A pandemia da covid-19 mudou as relações interpessoais e convívio dos alunos surdos tanto das escolas públicas e como das privadas. Inesperadamente, devido aos protocolos das medidas sanitárias, houve um afastamento do ambiente escolar e todos foram obrigados a ficarem reclusos em suas casas junto com familiares. Além do mais, precisavam dar sequência às atividades escolares sem a presença física dos professores.

Pode-se dizer que flagelo pandêmico acarretou limitações na aprendizagem dos alunos surdos uma vez que há dificuldades na comunicação entre pais e filho surdo, acarretando, dessa forma, barreiras comunicativas.

Esse trabalho se justifica como tema relevante para a pesquisa considerando que as ações pedagógicas de atendimento domiciliar ao aluno surdo e os familiares durante a pandemia exigiu intervenções importantes para garantia e continuidade do processo de ensino aprendizagem desses educandos.

Em virtude disso, criou-se a necessidade de estabelecer medidas de atendimento educacional que representaram para todos os atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem um desafio iminente. O ponto focal para análise e estudo dessa questão consiste em saber como pais e professores podem melhorar, sem o contato físico, a aprendizagem do aluno surdo em meio aos desafios impostos pelas medidas sanitárias desencadeadas pela pandemia?

Sendo este o imbróglio do presente artigo e considerando a problemática, seu objetivo geral centra-se em analisar como se deu, na pandemia, a prática educativa e atendimento do aluno surdo, levando-se em consideração a participação de pais e professores no seu processo de ensino aprendizagem. A partir dessa premissa pode-se discorrer sobre o surdo, os métodos e seu processo de legitimação das garantias legais, evidenciar a atuação dos pais e professores no atendimento ao aluno surdo que, por causa das barreiras sanitárias, foi obrigado a ficar em

casa e descrever as estratégias pedagógicas utilizadas por professores e pais para amenizar as barreiras de comunicação do aluno surdo considerando suas especificidades.

Metodologicamente, esse artigo com estudo de caso reflete as experiências vivenciadas por uma professora da rede pública por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter exploratório. Os questionários serviram de base para a coleta e análise do conteúdo, elementos importantes para a problematização do tema. Bardin (2016) enfatiza que analisar os conteúdos conduz a descoberta, como também, enriquece o trabalho exploratório do pesquisador.

Além disso, realizou-se pesquisa bibliográfica extraída de artigos, livros e teses/dissertações que permitiu delinear o embasamento teórico a fim de consolidar as informações dos dados coletados.

Em relação a eticidade da pesquisa, os principios éticos em pesquisas que envolvam seres humanos como o respeito ao sujeito, privacidade dos participantes da pesquisa duranbte todas as fases, zelo pela legitimidade das informações, privacidade, relevancia social da pesquisa e sigilo das informações, deverão ser respeitados segundo o Comitê de Ética em Pesquisa de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Os resultados podem tornar-se públicos, devendo serem considerados em todo o processo de construção do trabalho, sem prejuizos para os participantes..

PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

Ao analisar o contexto histórico dos surdos existiram e ainda existem vários empecilhos que os impede de serem independentes e respeitados. Como assinala Strobel (2008, p. 28) “na sociedade ouvinte, dizem que aceitam os surdos, que aceitam a língua de sinais e a cultura surda, mas ainda vêem surdos como ‘anormais’, pois acham que falta algo na vida dos surdos”. O reconhecimento da lingua surda na modernidade se deu com muita luta.

Neste sentido Katalai e Streiechen (2013, p.3) afirmam que:

> A partir de 1855 é que se tem o marco inicial da Educação dos alunos surdos no Brasil. D. Pedro II, neste ano, traz da França um professor surdo chamado Hernest Huet. Em 26 de setembro de 1857 é fundada no Rio de Janeiro a primeira escola para surdos, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Período marcado em que predominava o método gestual, utilizado livremente para a comunicação e expressão dos surdos. Mas como a educação dos surdos no Brasil era influenciada pela educação européia, esta sofreu com o retrocesso ocasionado a partir da aprovação no Congresso Internacional de Surdo-Mudez, realizada em Milão em 1880 do uso exclusivo do método oralista para a aprendizagem dos surdos. Havia, portanto, um sentimento de superioridade da língua falada, sendo as línguas gestuais consideradas um atraso na evolução da linguagem.

De acordo com Katalai e Streiechen (2013, p.4) "Verifica-se que, nesta época, as preocupações estavam focadas exclusivamente no ensino da fala e da leitura orofacial dos alunos surdos". Mas percebemos que tal modelo lamentavelmente considerava o surdo como deficiente e incapaz.

Com isto cabia à escola esconder a deficiência dos surdos para que eles se adequassem aos outros, sendo a língua de sinais proibida. Além dos resultados indesejados para a comunidade surda, a vertente oralista acarretava de forma negativa abalos na autoestima do surdo, problemas emocionais e dificuldade de aceitar e encontrar sua identidade, devido às práticas de imposição de uma língua e cultura correspondentes ao padrão ouvinte.

Sobre a vertente oralista e suas consequências Dorziat (2009, p.62) comenta que:

> O retorno à escola especial apresentava-se, em geral, problemático, por duas razões: nem os alunos haviam aproveitado suas etapas mais férteis de desenvolvimento, nem a escola especial estava preparada pedagogicamente para suprir suas necessidades. Assim, estendeu-se por muito tempo o "faz de conta" na educação especial. Por um lado, alunos com atraso no desenvolvimento, problemas emocionais e baixa autoestima, e, por outro, escolas que insistiam em desconsiderar suas potencialidades e suas elaborações, ba**se** para a transmissão-assimilação de conhecimentos.

O insucesso do modelo oralista perdurou durante longos anos na vida educacional da sociedade surda, ocasionando sérias perdas na aprendizagem deles. Segundo Olizaroski (2016, p.8) esse momento foi caracterizado como uma história que se iniciou pelo sofrimento em consequência da opressão como também, percebe-se um desconhecimento dos ouvintes em relação aos surdos, sendo essa situação agravada por experiências educacionais conflitantes entre si quer pela gestualidade quer pela exigência do oralismo.

Com resultados cada vez mais indesejados o método oralista ficou esquecido e assim sendo valorizada toda e qualquer forma de comunicação com os surdos, eliminando barreiras para a efetivação dela. Buscou-se, então, um novo método conhecido por Comunicação Total.

Com base em Strobel (2008) havia uma imitação de sinais e movimentos que eram repetidos pelos surdos conforme orientação do maestro ouvinte. O papel do sujeito surdo assemelha-se a marionetes ficando dependentes do maestro ouvinte.

A comunicação total não foi suficiente para satisfazer as particularidades dos surdos, pois eles, de forma insistente, se esforçavam para que a língua dos surdos fosse aceita aos poucos. De forma tímida os surdos tiveram o reconhecimento de uma língua especifica como primeira língua, sendo identidade exclusiva de uma comunidade que lutou para conseguir na legislação a sua importância e legitimidade.

De acordo com da Beyer (2016), na década de 1980 surge então o bilinguismo como uma nova proposta para a educação dos surdos, defendendo que, para o surdo, a Língua sinalizada deve ocorrer antes da Língua oral. Assim a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) passa a ser o principal meio de comunicação do surdo na sociedade.

Para Strobel (2008, p. 46)

> A língua de sinais é transmitida nas comunidades surdas e, apesar de por muito tempo na história dos surdos ter sofrido a repressão exercida pelo oralismo, a língua de sinais não foi extinta e continuou a ser transmitida, de geração em geração, pelo povo surdo com muita força e garra. A língua de sinais é urna língua prioritária do povo surdo que é expressa através da modalidade espacial-visual

Assim com o surgimento da Libras, o bilinguismo foi adotado e passou a ser visto como a forma mais adequada no processo de ensino aprendizagem, oportunizando aos surdos adquirir tanto as aprendizagens da L1 que é a sua Língua Materna a Língua Brasileira de Sinais, como a L2 a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Diante do exposto, é necessário que os alunos surdos tenham atendimento de Libras, em Libras e Língua Portuguesa na modalidade escrita, no programa do AEE- Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncional, com professor especializado na área.

Em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva o atendimento educacional especializado deve ser realizado na Sala de recurso multifuncional e tem caráter complementar para os alunos com deficiências e suplementar para os alunos com altas habilidades e superdotação, conforme suas necessidades específicas.

Ressalta-se, nesse sentido, conforme orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. (BRASIL, 2010 a, p.2), o atendimento ao surdo é obrigatório devendo ser facultada pelos sistemas de ensino no sentido de apoiar o desenvolvimento dos alunos da educação especial. Esta prerrogativa deve contemplar todas as etapas, níveis escolar e modalidades de ensino ao longo de todo o processo de escolarização. De acordo com essas diretrizes, o atendimento contribui para eliminar barreiras comunicativas e sensoriais, podendo eliminar as dificuldades no processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Em defesa do direito a inclusão da criança com deficiência no ensino regular Mantoan (2003, p.23), ressalta que:

> A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação.

Esse posicionamento reflete a necessidade de assegurar a igualdade como princípio constitucional. Assim, para garantir melhores possibilidades de aprendizagem para o surdo ao longo de seu processo de escolarização no ensino fundamental, as diretrizes para o atendimento específico em horário extraclasse estão estruturadas em diferentes momentos pedagógicos.

No que tange esse atendimento Silva (2016), salienta que este momento se destina a aprendizagem dos conteúdos das diferentes disciplinas, exige-se que o professor deve ser preferencialmente surdo.

Conforme norteia o documento, esse atendimento deve ocorrer diariamente para aprofundar os conhecimentos curriculares do surdo em sua própria língua, a Libras devendo ser feito por profissionais habilitados como professor que tenham pleno domínio da Língua de

sinais. O planejamento do trabalho do professor especializado deve ser feito em articulação com os professores da classe comum e os professores de Língua Portuguesa.

A interrupção do atendimento aos alunos surdos nas escolas ocasionou a suspensão do atendimento nas salas multifuncionais e fez gerar inquietações por parte de pais e professores diante do ensino online. Essa demanda impulsionou professores a buscar alternativas para atenuar os efeitos colaterais provocados pela pandemia,

PRESSUPOSTOS LEGAIS

De acordo com Rogalski (2010), o atendimento as pessoas com deficiência no Brasil através da educação especial tiveram início no século XX quando surgiram as primeiras políticas públicas.

A primeira Lei que tratou dos direitos da pessoa com deficiência na legislação educacional foi Lei nº 4.024/61 conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Os artigos 88 e 89 deste dispositivo afirmavam o direito do portador de deficiência à educação no sentido de promover a sua inserção na comunidade e atribuía ao poder público responsabilidade para assegurar o atendimento em instituições privadas através de bolsas de estudos e outras possibilidades.

No Brasil, de acordo com Rocha (2008), o primeiro instituto a ofertar atendimento especializado educacional para o surdo foi o Instituto Nacional de Surdos (INES), fundado em 1857, no Rio de Janeiro com o apoio do, então, Imperador Dom Pedro II.

A participação do Brasil em 1994 na Conferência Mundial sobre as necessidades educacionais especiais em Salamanca deu início ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola comum conforme prevê a Declaração de Salamanca.

A educação integrada e a reabilitação apoiada pela comunidade representam dois métodos complementares de ministrar o ensino às pessoas com necessidades educativas especiais. Segundo a Unesco (1994), elas se baseiam no princípio da integração e participação porque representam modelos comprovados e eficazes no que se refere ao custo para suscitar igualdade de acesso das pessoas com necessidades educativas especiais. Isto faz parte de uma estratégia nacional cujo objetivo é conseguir a educação para todos

Esses princípios visam atender as pessoas com necessidades educativas especiais, consagrando a participação e integração sociais consolidando, com base nos novos modelos educacionais, a igualdade de direitos de acesso ao ambiente escolar para as pessoas com deficiência que representou uma conquista sonhada durante muito tempo.

A Legislação brasileira possui inúmeros documentos que fazem referência à educação especial e a inclusão do surdo na sociedade dentre os quais se destacam a Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). e a Lei nº 10.436 de 2002. Nesse sentido a inclusão deve ser entendida como "uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiências e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral". (MANTOAN, 2003, p. 12).

A carta Magna consagra o direito a educação gratuita e de qualidade oferecida pelo Poder Público. Além do mais, garante a igualdade entre as pessoas independente de qualquer preconceito e qualquer forma de diferenciação, segundo MANTOAN (2003) limitaria o direito à igualdade. Da Constituição Federal surgiram leis infraconstitucionais, do mesmo modo, relevantes para o surdo e seu desenvolvimento enquanto cidadão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação conhecida como LDB é um importante documento que tem um capitulo voltado para a Educação Especial onde prevê, na escola regular, atendimento de apoio especializado a fim de atender as singularidades da clientela da Educação Especial. Nele, também, encontra-se a previsão do atendimento educacional dos alunos com necessidades especiais podendo ser ofertado em escolas ou serviços especializados. Por fim trata da formação de professores, currículo e recursos para assistir as crianças com deficiência, transtornos globais e superdotação.

O Estatuto da pessoa com deficiência, em seus enunciados, obriga o Estado a oferecer educação bilíngüe gratuita em escolas inclusivas e classes bilíngües. Também, deve ser ofertado o interprete de Libras cuja função consiste em interpretar os sinais, entretanto, esse profissional, tem que ter qualificação e habilitados em cursos de graduação e pós-graduação de nível superior.

A legislação que assegurou importantes direitos aos surdos no âmbito educacional foi a Lei nº 10.436 de 2002, que oficializou a Libras como segunda língua no Brasil, uma conquista de muitos anos de lutas da pessoa surda pela igualdade de direitos. Em 2005 o Decreto 5.626 regulamenta a Lei 10.436 que dispõem sobre a Língua de Sinais- Libras.

A Língua de Sinais é considerada por Lei como língua e cultura própria assim como as línguas orais, assim esse pertencimento social se caracteriza como o conjunto de grupos diferenciados, com suas particularidades, configurando uma sobreposição entre identidade e diferença. A cultura surda representa o acervo dos artefatos culturais e que segundo Strobel (2008) ela nada mais é do que o jeito do surdo compreender a realidade e modificá-la ajustando suas percepções e interpretações visuais às suas necessidades contribuindo para o sentimento de inclusão.

Significa, portanto, que esses artefatos englobam as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos que formam o processo identitário de um povo e que se incorporam na sociedade na medida em que as pessoas compreendem seu valor e importância. A educação passa a ser o principal veiculo de transmissão desses ideários culturais.

A educação da pessoa surda vem sendo discutida e aprimorada cada vez mais, com o Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020, os surdos são ainda mais valorizados e lhes são dados o direto de receber atendimento bilingue nos espaços educacionais, visando o seu empoderamento nas duas línguas, a Língua Brasileira de Sinais como na Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita.

No Art. 2º desse diploma considera:

> II - educação bilíngue de surdos - modalidade de educação escolar que promove a especificidade linguística e cultural dos educandos surdos, deficientes auditivos e surdo cegos que optam pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras, por meio de recursos e de serviços educacionais especializados, disponíveis em escolas bilíngues de surdos e em classes bilíngues de surdos nas escolas regulares inclusivas, a partir da adoção da Libras como primeira língua e como língua de instrução, comunicação, interação e ensino, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua;

De acordo com Estrela (2017) é fundamental que a escola promova um espaço inclusivo bilingue para o público surdo, oferecendo formação continuada em Libras para o

corpo docente, intérprete educacional e professor especializado para atuar na sala de recursos Multifuncional, assim também, como materiais pedagógicos adaptados para facilitar as aprendizagens dos alunos para que este desenvolva o protagonismo ao longo da vida.

Segundo Jesus (2016), mesmo com todo aparato legal sobre os direitos dos surdos, ainda é visível as falhas na educação brasileira quanto a valorização e o respeito as diversidades. Um exemplo claro é quando existe a presença do intérprete em sala, parece que o aluno surdo não faz parte da turma, pois o professor regente não explica diretamente para o aluno surdo, este se direciona ao intérprete, subestimando a capacidade de compreensão por parte do surdo.

Diante dessa situação podemos dizer que existe certo preconceito. Nesse caso o aluno está apenas inserido e não incluso. Cabe ressaltar que é necessário respeitar a cultura surda, valorizando sua forma linguística dando voz e o direito de expressar seus desejos e anseios em todos os espaços frequentado por ele.

Incluir o surdo nesse arcabouço cultural constitui uma das prerrogativas constitucionais para permitir ao surdo conviver em sociedade tendo suas particularidades respeitadas. Contudo ainda há discriminação dos surdos e de sua maneira de se comunicar porque a sociedade ainda é formada, em sua maioria, por ouvintes.

Nesse sentido, Quadros (1997) apud Bernardino (2000, p.41) afirma que:

> A língua de sinais não tem um status de importância na comunidade ouvinte em geral. É difundida a ideia de que são gestos, mímica, sinais icônicos com significado concreto, imediato, que não é uma língua que seja possível abstrair. Quem pensa assim nunca parou para observar a beleza da língua de sinais.

Há um encantamento quando os surdos usam as mãos quer para criar cenários movimentos sincronizados. Elas representam os meios de transmitir sentimentos, emoções e ideias Todos os sinais estão associados a movimentos espaço-visual na comunicação, incluindo, nesse balanço, as expressões faciais, olhos e corpo.

Por fim surge a Lei 14.191 de 03 de agosto de 2021 em que, dentre outros dispositivos, é garantido o apoio educacional especializado, como o atendimento educacional bilíngue visando atender as exigências linguísticas dos estudantes surdos. Para isso, é fundamental priorizar políticas públicas na formação de profissionais que dominem a

LIBRAS. Esta é uma condição essencial para que a inclusão se concretize nas práticas cotidianas de sala de aula e não apenas nos textos positivados.

A FAMÍLIA DO SURDO: COMPROMETIMENTO E PARTICIPAÇÃO

A educação do Surdo no Brasil ainda enfrenta obstáculos no que tange as medidas de atendimento educacional familiar. O sistema de ensino brasileiro mostra deficiente no tocante às estruturas de amparo e assistência do aluno surdo e ações de apoio e orientação aos seus familiares. A falta de profissionais qualificados, ausência de amparo às famílias e as dificuldades que os surdos tem de serem inseridos nas classes do ensino regular constituem, dentre outras adversidades, fatores prejudiciais ao protagonismo do aluno surdo.

A família representa o primeiro núcleo de convivência social porque cabe a eles ensinarem os valores, os costumes e as normas de convívio Partelli e Mengales (2017) somente depois é que a criança passa a ter contato com outros ambientes sociais como igreja, escola etc. Todo processo comunicativo surge nas relações familiares onde a criança passa a interagir como meio externo através dos gestos e depois palavras.

É justamente, nessa fase, que se começa a perceber traços diferentes nas crianças porque se observa uma dificuldade de interação e aprendizagem. Como se trata de um período importante para o desenvolvimento da criança que tem necessidades especiais, o papel dos pais é de suma importância para seu descobrimento precoce e tratamento da disfunção.

De acordo com Meneses e Silveira (2015, p. 06)

> parte das famílias não estão preparadas para receber um membro com deficiência. Toda a carga emocional desses pais, principalmente da mãe e consequentemente dos familiares geram muitos transtornos e sentimentos diversos em relação à criança com deficiência. A palavra deficiente carrega em si um conceito pesado de uma pessoa que sempre necessitará da atenção dos outros, que é incapaz, claro dentro das suas possibilidades e limites de fazer alguma coisa que uma pessoa não deficiente faça

Muitos pais por desconhecimento, sentimento de culpa ou vergonha não aceitam seus filhos quando descobrem problemas de surdez ou deficiência auditiva. É nesse contexto que, na maioria das vezes, o surdo encontra as primeiras dificuldades de aceitação. Strobel (2008, p. 50) ressalta que

> quando o médico apresenta o diagnóstico da surdez, os pais ficam chocados, deprimem-se e culpam-se por terem gerado um filho dito "não normal" e ficam

> frustrados porque veem nele um sonho desfeito. Então, essas familias alimentam esperanças de "cura" dessa "deficincia", ficam ansiosas e questionam será que o meu filho surdo um dia ouvira?

Esse sentimento de desapontamento e incertezas se acentua quando a criança surda passa a freqüentar a escola pelo fato de que há uma barreira comunicativa entre os surdos e ouvintes e como o surdo não consegue ser entendido, não aprendem. Triste constatação que persiste até os dias atuais.

Na pandemia aqueles alunos surdos que freqüentavam as escolas, houve uma substituição das aulas presenciais pelas remotas que aconteceram através do uso das tecnologias. Essa modalidade de ensino foi instituída pelo governo onde na Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020 - DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO-Publicado em: 18/03/2020 - Edição: 53 teriam "a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19".

É bom lembrar Ensino Remoto tem como característica transmissão em tempo real das aulas, respeitado todo o planejamento de conteúdo dentro do possível, até carga horária. Porém ajustes devem ser feitos para adequar as disciplinas e conteúdo base, mas de maneira geral é seguido o que foi pensado para o ensino presencial.

Com um contexto de incerteza e temores a própria vida, propõe-se uma modalidade que atenda quase 20 milhões de alunos que viveram a experiência pandemia como descreve Fonte: Agência Senado produzido por: Elisa Chagas 12/08/2020. Lei das Diretrizes e Bases – LDB (9394/96) Normatiza o papel do Estado e da Família de forma a contemplar ao aluno o "Direto formativo" com o foco integral; Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. "

Como se sabe, impulsionado pela situação atípica do planejado ou mesmo esperado, o ambiente escolar das cinco regiões deparou com um desafio que necessitou agilidade dos poderes públicos, na corrida de salvar vidas e não deixar o estudante perder o ano de estudo.

Tal conjuntura, fez com que o slogan educacional fosse ajustado. As mídias, em atendimento as recomendações de saúde e iniciativa governamental, lança medida de

isolamento. Todavia, o contexto educativo tem como eixo a busca ativa para não deixar estudante fora da via do ensino e aprendizagem.

Para isso a parceria da família/responsável passa a ser uma inteiração diária com o intuito dos direitos de criança e adolescente na efetivação do ano escolar e com baixa ou isenção de abandono escolar.

Menezes e Silveira (2015) pontuam que

> é necessário que a família, seja ela qual for, cumpra com suas obrigações e que a escola tenha critérios e princípios que faça valer suas propostas pedagógicas, possibilitando que a parceria entre ambos consiga alcançar os objetivos para formação do aluno.

Indo ao ponto, a parceria ideal no aprendizado das competências para o ensino do aluno surdo é de fundamental importância para o sucesso do aprendizado. Ciente que as aulas remotas mudaram a forma de ensino diferente das aulas com os quais professores e alunos estavam acostumados. Assim a sua própria casa passa a ser a sala de aula, sob as orientações ou direcionamento do professor e pais.

Com vocabulário próprio do meio educativo e os pais sem ter formação pedagógica, os profissionais da educação enfrentam a tarefa de reforçar conteúdo aos próprias pais e metodologias mais viável a situação ensino personalizado para que haja compreensão e assimilação de conceitos a serem internalizados por ambos, uma vez que a interação social do aprendiz para a troca de experiência foi comprometida, colocando a família em uma circunstância de comprometimento aos resultados das competências do estudante.

Já, referente ao material enviado ao aluno, também é diferente e até inovador, pois cabe o professor a produzir vídeo aula, slides, vídeo do You tube, material impresso ou a ser impresso. Assim, o professor pode variar suas técnicas e recursos no ensino remoto podendo, assim, aluno e pais, em conjunto, aprender a Libras de forma cooperada.

Motivadora para desenvolver o ensino significativo ao surdo; então, a família frente a essa realidade precisa ser orientada, acompanhada e motivada para ser um forte ponto de referência na educação para o filho surdo e para a escola.

Percebendo algum déficit na ação de suporte educativo da família do surdo, principalmente alfabetização bilíngüe (Libras- Português): modalidade escrita foi ofertada

atividade pedagógicas com uso da Libras para subsidiá-los no ensino em casa. Uma vez que o ensino remoto se torna a ponte viável em prol do ensino para todos.

Visando o ensino bilíngüe, a atuação do profissional em Libras deve priorizar intervenções didáticas e metodológicas em que

> Os professores e profissionais do AEE devem se organizar sobre seus conteúdos pedagógicos de forma que sejam interligados e complementares sobre uma perspectiva de um ensino bilíngue em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa para melhor aquisição da linguagem e sucesso no ensino-aprendizagem de seus alunos (MENESES e SILVEIRA, 2015, p. 9-10)

Cabe observar três pontos que intercruzam esse momento ao aluno Surdo: o papel do professor enquanto facilitador do ensino, o fazer pedagógico do professor com uso de estratégias que ajudam na compreensão dos conteúdos e a postura da família no comprometimento da qualidade ensino aprendizado do surdo no ambiente familiar. Isto porque “

A diversidade do uso das estratégias de ensino deve ser direcionada para a multiplicidade de ações pedagógicas indispensáveis para que a família e criança surda aprendam juntas a Libras e que se tenha uma comunicação mais sólida entre eles, porque assim poderão orientar os filhos em todos os momentos de sua vida

RELATO DE EXPERIENCIA

Pensando em buscar uma metodologia de ensino que ajudasse no processo de ensino aprendizagem da pessoa surda em tempo de pandemia, reuniu-se nesta proposta atividades contextualizadas e adaptadas em LIBRAS, que venha oferecer ao surdo um apoio visual, haja visto que o espaço viso espacial é por onde o processo de ensino aprendizagem do surdo acontece.

Trabalhar com os alunos e os familiares neste cenário pandêmico, sabendo que a pandemia acarretou prejuízos nas aprendizagens dos alunos surdos uma vez que há muita dificuldade na comunicação entre pais e filho surdo. Diante dessa necessidade e com o intuito de amenizar as barreiras na comunicação houve a necessidade de fazer essa articulação escola e família por meio de atividades que envolvesse alunos e familiares.

Uma vez por semana a família participa das aulas de libras de forma online, com o conteúdo relacionado às atividades trabalhadas com os alunos, durante a realização das atividades

O trabalho com os pais dos alunos surdos foi desenvolvido através de uma parceria entre o Centro Educacional Especializado Jonas Pereira de Melo (JPM) e alunos surdos do ensino fundamental I e II das escolas municipais da cidade de Parauapebas-PA.

Foi realizado no período do isolamento social pandêmico por meio do ensino remoto com a participação dos pais dos alunos surdos uma serie de aulas que tinham por finalidade auxiliar os pais em relação ao ensino de seus filhos surdos. Foram atendidos seis pais de um total de dezessete alunos surdos, sendo que o primeiro contato foi feito por meio da criação de um grupo de whatsapp para que assim pudéssemos trocar informações pertinentes que ajudasse no processo de aprendizagens dos alunos.

Aqueles pais que não participaram do projeto alegaram que os motivos eram falta de internet, trabalho, tempo e falta de celular.

As aulas online aconteceram em dois turnos manhã e noite e tinha uma duração de uma hora e meia. Assim, 04 (quatro) pais foram atendidos pela manhã e 02 (dois) pais à noite. O atendimento era realizado duas vezes por semana e as aulas eram feitas na segunda feira com os alunos e os pais e na quarta feira somente com os alunos

As aulas ocorreram com início da fase do ensino remoto durante o ano de 2021 porque antes disso, os alunos surdos não estavam tendo aulas.

A principal dificuldade encontrada pela pesquisadora no início foi bem complicado devido os pais participantes não terem o básico das configurações das mãos, e como era de forma remota dificultava nas correções do formato das mãos.

Com a continuidade foram compreendendo melhor e adquirindo habilidades nas mãos e pegando gosto pela Libras, na medida em que iam participando das aulas e iam fazendo perguntas de situações vividas em casa com os filhos. Nesse sentido Quadros e Karnopp (2007, p.35) destaca que “a língua de sinais são línguas de modalidade viso espacial que apresentam uma riqueza de expressividade diferente das línguas orais, incorporando tais elementos na estrutura dos sinais através de relações espaciais”

Na segunda-feira era feita uma relação de palavras com imagens em forma de apresentação pelo google meet. Daí eram realizados os sinais e na medida que mostrava a palavra fazia o sinal e os pais reproduziam junto com a professora.

Quando os pais sentiam dificuldades para realizar os sinais, os filhos ajudavam e até pegava nas mãos dos pais para que assim conseguisse a forma certa do sinal em Libras. Para realização dos sinais leva-se em conta os parâmetros e configurações necessárias que são: configuração das mãos, ponto de articulação, movimento, orientação e expressão facial/corporal. Quadros (2007) assinala que os sinais são produzidos pelas mãos havendo, também, movimentos do corpo e da face que se articulam para formação dos elementos fonológicos da língua.

Como estratégia pedagógica, na quarta-feira era dia de envio de atividade com o mesmo conteúdo por meio do wordwal para fazer quebra cabeça jogo da memória e o quiz que eram feitos pelos pais e alunos. O Feedback das atividades eram por meio também da ferramenta do wordwal, onde os alunos enviam com ajuda dos pais as atividades respondidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência teve como ponto norteador o trabalho de auxílio nas aulas remotas voltadas junto pais e alunos na fase pandêmica vivida no Brasil. Diante disso, coube a pesquisa analisar como se deu a prática educativa e atendimento do aluno surdo, levando-se em consideração a participação de pais e professores no seu processo de ensino aprendizagem.

Efetivamente, não excluindo outras interpretações, o atendimento educacional realizado entre pais e alunos surdos do ensino fundamental prestado pelo Centro Educacional Jonas Pereira de Melo, situado na cidade de Parauapebas/PA trouxe resultados positivos no sentido de possibilitar aos pais serem instrumentalizados, a partir dos conhecimentos em LIBRAS, para ajudar a realizar as atividades propostas a seus filhos surdos em seus lares.

Assim, considerando os objetivos aqui propostos, as intervenções realizadas foram de suma importância, pois os pais sentiam a necessidade de obter a comunicação com o filho em casa para compreender e ser compreendido no dia a dia em família. Esse olhar foi o estimulo necessário para a concretização do projeto já que a intenção consistia em continuar com o processo de ensino aprendizagem.

A metodologia usada facilitou bastante as aprendizagens não só do filho, mas também dos próprios familiares. Sendo que ajudou bastante com as atividades encaminhadas da sala do ensino regular.

Por outro lado, observou-se a necessidade de persistir investindo em práticas pedagógicas diversificadas, com adaptações dos materiais pedagógicos para o ensino do Surdo em uma perspectiva bilíngue, analisando as possibilidades e, muitas vezes as dificuldades deparadas no acesso e na utilização das ferramentas inovadoras.

Foi percebido também, que poucos pais de alunos surdos aderiram a proposta evidenciado que ainda falta incentivo da escola no engajamento dos pais na vida escolar dos filhos especiais tanto que a maioria deles não aceitaram participar das aulas e atividades.

Este relato de experiência, além dos desafios encontrados, leva a duas reflexões importantes para a vida social e acadêmica. Primeiro, s experiências vivenciadas por um professor são de suma importância para o desenvolvimento profissional e quando se refere a educação inclusiva de pessoas surdas torna-se mais expressiva. Isto porque o professor precisa realizar sua prática pedagógica com assistência da família pois os surdos requerem uma maior atenção para que a aprendizagem se efetive

Segundo, conscientizar os pais sobre a demanda de acompanhamento da vida escolar do aluno surdo é essencial para o crescimento como pessoa e cidadão. Os pais precisam acompanhar a evolução da aprendizagem dos filhos surdos compartilhando com eles saberes e trocando experiências. Apesar do momento não ser propício representou upground para o processo de ensino aprendizagem.

Tais assertivas representa o começo para implantação de outras ações que, de alguma forma, venham contribuir para a melhoria do acesso da língua de sinais aos surdos e seus familiares. Outros caminhos podem ser traçados nessa caminhada.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFIA

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. ---São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf. Acesso em 05 de abr de 2022.

BERNARDINO, Elidéa Lúcia. Absurdo ou lógica?: a produção lingüística do surdo. Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000.

BEYER, Karla Patrícia Ramos da Costa. Estratégias pedagógicas utilizadas por professores de língua portuguesa (LP) como segunda língua (L2) em escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos (EREBAS) em Portugal. 2016. Doutorado (Programa em Ciências da Educação) - - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto – (FPCEUP). Disponível em https://sigarra.up.pt/fep/en/PUB_GERAL.PUB_VIEW?pi_pub_base_id=177922. Acesso em 10 de abr de 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL, Lei nº 10.436. Presidência da República, Casa Civil – Brasília, 2002. Disponível em http:www.leidireto.com.br/lei-10436.html, acesso em 26/04/2012. BRASIL. Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei n° 10.098, de 19 de Dezembro de 2000

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação NacionaL. MEC/Brasilia. Disponível em http://**portal**.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf. l. aCESSO EM 03 DE MAR DE 2022.

BRASIL, Lei Federal nº. 4024/61. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1961. Disponivel em http://www.in.gov.br/mp._leis/leis_texto.asp. Acesso em 23 de abr. de 2022

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002. Seção 1, p. 23. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 10 de mar. de 2022.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em:< http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 07 de setembro de 2015, Seção 1, p. 2-11. Disponível

em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso: 16 de mar. de 2022.

BRASILl. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2005, Seção 1, p. 28-29. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. . Diário Oficial da União, Brasília, 1 de outubro de 2020. Seção 1, p. 6-8. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em: 16 de marc. de 2022.

Brasil. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de agosto de 2021. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749. Acesso em: 29 marc. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 mar. 2020. p. 39. Disponível em http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376. Acesso em 27 mar. de 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 abr. 2022.

DORZIAT, Ana. O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão. (Coleção Educação Inclusiva) Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ESTRELA, Maria Ozelita Limeira. A formação do pedagogo e a prática bilíngue na educação de surdos na escola inclusiva. 2017. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2017. Disponivel em http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/5131. Acesso em 13 de abr de 2022.

JESUS, Jeferson Diego de; FERNANDES, Sueli. Educação bilíngue para surdos/as: um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n.

3, p. 1628–1648, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n.3.2017.10355. Disponível em https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10355. Acesso em 20 abr. 2022.

KALATAI, Patricia. STREIECHEN, Eliziane Manosso. As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil**.** IV SEPED Semana da Pedagogia, Educação e Movimentos Sociais, 22 a 26 /10. Curitiba/PR. Anais (on line). Curitiba. Disponível https://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf. Acesso em 14 abr de 2022

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Moderna, 2003.

MENESES, Soraya Cristina Pacheco de; SILVEIRA, Raquel Ferreira da. DESAFIOS DAS CRIANÇAS SURDAS NO CONVÍVIO FAMILIAR, ESCOLAR E SOCIAL. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, [*S.l*], v. 8, n. 8, 2015. Disponível em https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/1373. Acesso em: 27 abr. 2022.

OLIZAROSKI, Iara Mikal Holland. Trajetória histórica do sujeito surdo e reflexão sobreas políticas que regem a educação dos surdos no Brasil. X Seminário Nacional do HISTEDBR, intitulado "30 anos do HISTEDBR (1986-2016): contribuições para a história e historiografia da educação brasileira", na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP entre os dias 18 e 21 de julho. Campinas, SP Anais (on line). Campinas. Disponível www.histedbr.fe.unicamp.br/.../artigos/.../artigo_simposio_6_892_iaramikal@hotmail. Acesso em 09 de abr de 2022

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. São Paulo: Artmed, 2007. 221 p. (Biblioteca Artmed. Lingüística).

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.

PARTELLI, Isabela Borgo; MENGALES, Rayni Maiki. FAMÍLIA E ESCOLA NAAPRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO. [s.l.] Faculdade Capixaba de Nova Venécia, 2017. Disponível em https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/familia-e-escola-na-aprendizagem-do-alu no-surdo.pdf. Acesso em 13 abr. 2022.

ROCHA, Solange. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2008

SILVA, Wellington Jhonner Divino Barbosa da. Práticas de ensino de língua portuguesa escrita como segunda língua para surdos. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Goiás, GO, Regional Catalão. Disponível em

http://projetoredes.org/wp/wp-content/uploads/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Wellington-Jhonner-Divino-Barbosa-da-Silva-2016.pdf. Acesso em 10 de abr 2022.

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

1. Você tem interesse em participar das aulas de libras juntamente com os filhos uma vez por semana?

6 pais sim

11 pais não

2. Qual seria o melhor horário para que voces participassem?

Manhã 4 pais pela

Noite 2 pais

3. Quais as suas necessidades comunicativas em casa com os filhos surdos?

Entender os sinais – 17 pais

Realizar os sinais- 17 pais

4. Quais conteúdos os pais gostariam que fossem trabalhados?

6 pais - sinal dos alimentos

5 pais - sinal de doenças

6 pais - sinal de cumprimentos

6 pais - sinal dos dias da semana

6 pais – sinal de material escolar

3 pais, sinal dos verbos

5. Quantos alunos surdos participaram do projeto?

6 mulheres

11 homens